

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Esta segunda-feira (28-09-2020), o PCP promoveu na Assembleia da República a Audição Parlamentar sobre a situação atual e o futuro do Metropolitano de Lisboa, com representantes das organizações representativas dos trabalhadores da empresa. Nessa ocasião, foram vários os alertas dos trabalhadores do Metro sobre a degradação da capacidade técnica da estrutura do Metropolitano, com a saída de inúmeros técnicos especializados (em particular durante a governação PSD/CDS) que nunca até hoje foram substituídos, e as crescentes dificuldades da empresa no acompanhamento a obras que dizem diretamente respeito às suas infraestruturas e funcionamento.

No dia seguinte a estes alertas dos trabalhadores do Metro, fomos confrontados com o acidente na Linha Azul, ocorrido com o desabamento do teto de parte de uma galeria entre a estação de metro de São Sebastião e a Praça de Espanha. Foi dada assistência a quatro feridos, numa situação em que uma parte do túnel desabou à passagem de uma composição com mais de 300 passageiros a bordo.

A Câmara de Lisboa afirmou que o acidente se deveu a “um erro grosseiro” na obra que está a realizar na Praça de Espanha, acrescentando que não é uma questão de problemas de manutenção do Metropolitano. Sabemos, no entanto, que a intervenção em causa inclui trabalhos que implicam a entrada no perímetro de segurança do túnel do Metro e, como tal, exigem não só o parecer técnico vinculativo como o acompanhamento desses trabalhos por parte da empresa.

Ou seja, para além das responsabilidades diretas de quem estava envolvido na intervenção da Praça de Espanha, em que a CML é o dono de obra, coloca-se a questão da verificação prévia dos projetos de obra, quando estas se situam no perímetro dos túneis do Metro e do acompanhamento que compete ao próprio Metropolitano, relativamente às condições em que esses trabalhos se realizam e à segurança que deve ser garantida no plano operacional aos utentes e trabalhadores do Metro. Assim, e ao contrário do que foi dito, esta obra não é nem pode ser “totalmente alheia ao Metro”.

Entretanto, não pode deixar de se assinalar que, se esta situação ocorresse com a “Linha Circular” que o Governo pretende impor (ao arripio das decisões aprovadas na Assembleia da República), tal resultaria, não na interrupção da circulação do Metro na Linha Azul, mas praticamente em toda a Cidade de Lisboa – afetando a atual Linha Azul, a atual Linha Amarela e a atual Linha Verde, tal como o PCP tem vindo a sublinhar.

Mais: se o Metropolitano já tivesse concretizado a expansão da Linha Verde, a partir de Telheiras, para a Linha Azul (Colégio Militar ou Pontinha), tal como as organizações representativas dos trabalhadores do Metro desde há muito defendem e exigem, hoje haveria uma ligação do resto da cidade à parte de cima linha Azul.

Este acidente deve ainda obrigar a uma reflexão profunda a uma questão que o PCP e as organizações dos trabalhadores da Empresa têm vindo a denunciar.

Por um lado, com a desativação dos serviços oficiais situados em Calvanas (PMO 2), conforme orientações do Governo PSD/CDS por motivos meramente economicistas e servindo o propósito da privatização então desencadeada, serviços esses ainda não repostos pelo atual Governo, o Metro ficou sem possibilidade de, enquanto não for reposta a circulação na linha Azul, levar o seu Material Circulante que está a operar nas Linhas Verde, Amarela, Vermelha e parte de baixo da Linha Azul, às únicas oficinas que tem a funcionar na Pontinha (PMO 3), para efetuar as revisões ou reparações que venham a ocorrer.

Por outro lado, com a ausência de um segundo canal de acesso da Via do Metro às oficinas na Pontinha, fica patente a grave limitação de segurança para toda a operação que passa pelo facto de todo o Material Circulante só ter uma via de acesso às oficinas da Pontinha.

Assim, ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição e nos termos e para os efeitos do artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, solicitamos ao Governo os seguintes esclarecimentos:

1. O Governo vai dar autorização à empresa para finalmente esta contratar e reclassificar os efetivos necessários para a fiscalização de obras, para o guarnecimento das estações, tripular os comboios, para a manutenção da Via e do Material Circulante?
2. O Governo vai indicar ao Metro para reativar as oficinas de Calvanas?
3. O Governo vai aprovar a expansão da rede do Metro, com urgência, para garantir a ligação de Telheiras à Linha Azul?

Palácio de São Bento, 30 de setembro de 2020

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)

ALMA RIVERA(PCP)

DUARTE ALVES(PCP)